

O ensino de geografia e a apreensão do patrimônio afroarquitetônico no Cariri cearense

Meryelle Macedo da Silva

Cicera Nunes

Henrique Cunha Junior

Thiago de Abreu e Lima Florencio

Resumo

No presente artigo discutimos o lugar do ensino de geografia na relação com o conhecimento africano e afro-diaspórico como parte importante da implementação dos conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. Na nossa análise nos pautamos nos estudos no campo da afrodescendência procurando entender o processo de transferência de tecnologia do continente africano para o território brasileiro, com destaque para os estudos que vêm sendo desenvolvidos no Ceará, os quais atestam que a população negra teve participação efetiva na história e no crescimento econômico desse estado. O enfoque da discussão proposta é a afroarquitetura da cidade de Crato-CE, decorrente das técnicas de construção africanas e da mão de obra africana e afrodescendente. Nesse contexto, evidenciamos as afroarquiteturas presentes no campo, como as Casas de Sítios, e na cidade, especificamente, a antiga Casa do Júri (atual Museu de Fósseis), a antiga Casa Câmara e Cadeia (atual Museu Histórico) e o Seminário São José. Defendemos que o reconhecimento desse patrimônio afroarquitetônico é possível através da educação patrimonial, pela qual os(as) educandos(as) podem desenvolver a criticidade acerca do espaço vivido por meio da apreensão da espacialidade negra local, o que também favorecerá a valorização da diversidade étnico-racial e o alcance da identidade afrodescendente.

Palavras-chave: Ensino de geografia; afrodescendência; educação patrimonial.

Meryelle Macedo da Silva

Universidade Regional do Cariri, URCA.

E-mail: meryellerodrigues@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7233-7281>

Cicera Nunes

Universidade Regional do Cariri, URCA.

E-mail: cicera.nunes@urca.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6352-8991>

Henrique Cunha Junior

Universidade Federal do Ceará, UFCE.

E-mail: hcunha@ufc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9664-5545>

Thiago de Abreu e Lima Florencio

Universidade Regional do Cariri, URCA.

E-mail: thiagoabreuflorencio@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9095-9263>

Recebido em: 02/03/2020

Aprovado em: 26/08/2021



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e71960>

Abstract**Teaching geography and comprehending afro architectural heritage in Cariri, Ceará**

In this article, we discuss how teaching geography in connection to the knowledge from Africa and the African diaspora can play an important role to include African and African-Brazilian history and culture content in school curricula. We focus our analysis on studies about African descent to understand the process of technology transfer from the African continent to the Brazilian territory, especially the on-going studies in Ceará that prove the contribution of black populations to the history and economic growth of the State. The focus of the proposed discussion is on African architecture in the city of Crato - CE, derived from African construction techniques and African and African-descent labor. In this context, we highlight African architecture found in the countryside, such as in Casas de Sítios [country homes], and in the city, specifically, the former Casa do Júri (now the Fossil Museum), the former Casa Câmara e Cadeia (now the Historical Museum) and the São José Seminary. We argue that the recognition of this Afro architectural heritage is possible through heritage education that allows students to be critical of the space where they live as they comprehend the local black spatiality, which will also favor the appreciation of ethnic-racial diversity and the reach of the Afro-descendant identity.

Keywords Teaching geography; African descent; Heritage education.

Resumen**La enseñanza de geografía y la aprehensión del patrimonio afroarquitectónico en Cariri, Ceará**

En este artículo, discutimos el lugar de la enseñanza de la geografía en relación con el conocimiento africano y afrodiaspórico, como una parte importante de la implementación de los contenidos de la historia y la cultura africana y afrobrasileña en el currículo escolar. En nuestro análisis, nos enfocamos en estudios en el campo de la afrodescendencia, buscando comprender el proceso de transferencia de tecnología del continente africano al territorio brasileño, y destacando los estudios que se han desarrollado en Ceará, que atestiguan que la población negra tuvo una participación efectiva en la historia y en el crecimiento económico de ese Estado. El foco de la discusión propuesta es la afroarquitectura de la ciudad de Crato - CE, resultado de técnicas de construcción africanas y mano de obra africana y afrodescendiente. En este contexto, destacamos las afroarquitecturas presentes en el campo, como las Casas de Sítios [casas de campo], y en la ciudad, en concreto, la antigua Casa del Jury (hoy Museo de Fósiles), la antigua Casa Câmara y Cárcel (hoy Museo Histórico) y el Seminario de São José. Defendemos que el reconocimiento de este patrimonio afroarquitectónico es posible a través de la educación patrimonial, por la cual los/as estudiantes pueden criticar su espacio vivido a través de la aprehensión de la espacialidad negra local, lo que también favorecerá la apreciación de la diversidad étnico-racial y el alcance de la identidad afrodescendiente.

Palabras clave: Enseñanza de la geografía; Afrodescendencia; Educación patrimonial.

Introdução

A geografia tem como escopo a análise crítica da realidade espacial decorrente das relações sociais preexistentes e vigentes que se vislumbram no presente. Nesse sentido, apreender o espaço geográfico propicia o entendimento da forma como determinado lugar foi construído, levando em consideração a materialidade e a imaterialidade intrínseca aos objetos espaciais. Uma das facetas de compreensão da dinâmica espacial é o estudo do lugar, pois neste temos a inter-relação entre a identidade cultural, a história e a criticidade da materialidade social, através da dinâmica local-global. No que tange à geografia escolar, o conceito de lugar torna-se imprescindível para que os(as) estudantes signifiquem o espaço geográfico, havendo a valorização dos saberes prático e cotidiano, então introduzidos num arcabouço teórico e crítico, favorecendo a elaboração conceitual e a consciência espacial.

A formação do espaço geográfico brasileiro não pode ser entendida desconsiderando a atuação dos povos africanos e seus descendentes, tendo como gênese o escravismo criminoso. É imprescindível enfatizar que “[...] nada justifica os crimes de um sistema. Portanto, o escravismo é injustificado e condenado como crime contra a humanidade, portanto escravismo criminoso [...]”. Entretanto, mesmo sob a condição de escravizadas(os), africanas(os) e afrodescendentes dinamizaram o espaço através da disseminação e reelaboração cultural, no qual se encontram variadas técnicas empregadas na agricultura, na pecuária, na metalurgia, na arquitetura, entre outros exemplos, cujo conhecimento decorre da apreensão das africanidades condizentes com determinado local (CUNHA JUNIOR, 2015, p. 106), como ocorre no Cariri cearense.

O Cariri cearense¹ é uma mesorregião de forte presença negra que pode ser evidenciada na presença de comunidades quilombolas, das irmandades negras em devoção a Nossa Senhora Rosário, dos reisados, das congadas, do conhecimento africano presente na tecnologia dos engenhos e do patrimônio arquitetônico, da forte religiosidade de matriz africana, dentre outros. Na cidade do Crato nos debruçamos sobre o patrimônio cultural edificado, cuja análise é importante elemento de apreensão histórico-cultural da negritude. Conhecer tal patrimônio é significante para o entendimento crítico do espaço vivido, sendo relevante para aplicabilidade da Lei 10.639/03, uma vez que permite apreender as relações sociais afrocratenses, a valorização da diversidade étnico-racial e o alcance da identidade afrodescendente.

No que se refere ao patrimônio arquitetônico, enfatizamos a existência de uma afroarquitetura decorrente das técnicas de construção africanas e da mão de obra africana e afrodescendente. O açambarcar do patrimônio afroarquitetônico é possível através da educação patrimonial, pela qual, os(as) educandos(as)

¹ O Cariri Cearense é uma mesorregião composta por 25 municípios e subdivide-se em 5 microrregiões. No presente trabalho tivemos como foco a microrregião do Cariri, onde se encontram os municípios do Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Santana do Cariri, Porteiras e Nova Olinda (GURGEL, 2012).

podem *criticizar* seu espaço vivido por meio da apreensão da espacialidade negra local, o que favorece a valorização da diversidade étnico-racial e o alcance da identidade afrodescendente, sendo um mecanismo relevante para aplicação da Lei 10.639/03, que alterou a LDB Nº 9.394/96, tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar.

Entendemos a promulgação da Lei Nº 10.639/03 como uma relevante conquista dos movimentos negros para a apreensão da negritude como produtora do espaço geográfico, atuando na superação do racismo na escola. Entretanto, é preciso que as ações educativas ocorram cotidianamente, considerando as especificidades dos lugares e as experiências vividas dos(as) educandos(as). A produção do conhecimento no campo das relações étnico-raciais aponta para o lugar da geografia escolar na sua relação com a história, a cultura e a educação nas conexões que necessitam ser estabelecidas com o conhecimento africano que se processou na sociedade brasileira.

Realizamos nosso trabalho² sob a concepção de pesquisa afrodescendente, que se propõe a estudar os espaços de maioria populacional negra, buscando visibilizar suas práticas socioespaciais. A pesquisa afrodescendente exige uma intervenção na realidade pesquisada, pela qual o(a) pesquisador(a) também é transformado(a) em suas concepções e ações sociais (CUNHA JUNIOR, 2013). Sob esta perspectiva, nosso recorte espacial foi o município do Crato, localizado na Região do Cariri, ao sul do Estado do Ceará. Tivemos como objetivo principal analisar a educação patrimonial na geografia escolar como efetivação do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, tendo em vista a afroarquitetura do lugar. Para tanto, realizamos observações sistemáticas na zona rural e urbana do município, tendo como instrumento de coleta de dados o registro iconográfico enquanto ferramenta de entendimento social através da decodificação e contextualização das imagens.

A geografia e suas implicações no trato do patrimônio cultural arquitetônico

A geografia tem como objeto de estudo o espaço geográfico, entendido como a materialização das relações sociais, ocorrida ao longo do tempo, e cuja análise propicia a apreensão da realidade. Santos (2006) conceitua o espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de “Sistemas de Objetos” e “Sistemas de Ação”, o que permite a dinamicidade das relações sociais espacializadas. Através de uma ação dialética, o espaço determina a emergência dos objetos, estes, por sua vez, propiciam nova lógica reguladora, que se estabelece como objetos novos ou em objetos preexistentes.

Silva, Lima e Cunha (2012) sinalizam que a geografia introduzida no campo escolar pode permitir a construção da cidadania pela qual os(as) educandos(as) podem conhecer a realidade que os(as) cerca. Entretanto, a geografia escolar ainda não superou modelos de ensino defasados, voltados para a pura

² Esse artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri-URCA, intitulada “Patrimônio arquitetônico afrocratense: implicações educativas.”

memorização dos conteúdos, os quais, em geral, são dissociados das experiências vividas dos(as) estudantes. Por isso mesmo, é comum o discurso do caráter enfadonho e cansativo da geografia. Para que o ensino de geografia cumpra o seu papel de formação cidadã é preciso valorizar as construções socioespaciais dos(as) educandos(as) permitindo que seus saberes imediatos sejam reelaborados geograficamente em sala de aula com vistas a uma intervenção social. Essa tarefa é possível quando se estuda o lugar, o espaço vivido, pelo qual têm-se afetividade e pertencimento.

O lugar é uma das categorias de análise da ciência geográfica, estudado no sistema escolar como concepção, pela qual as(os) alunas(os) podem apreender as realidades geo-históricas do local onde vivem, ao passo que há o conhecimento e reconhecimento das formas como produzem e transformam a realidade espacial. Nesse tocante, Mendes, Sousa e Pereira (2017, p. 155) nos dizem que “Estudar o lugar é compreender as implicações sociais, culturais e econômicas de um determinado grupo, é conhecer a si mesmo e as relações espaciais até então estabelecidas pelos sujeitos [...]”.

Diante do exposto, acreditamos que o ensino do lugar deve ocorrer para além de um “conteúdo geográfico” e a vivência cotidiana deve “ser destacada pelos estudantes a partir das afetividades e simbolismos de cada um” (MENDES; SOUSA; PEREIRA, 2017, p. 155). Assim, a investigação do lugar se concebe como uma ação política do(a) professor(a) em sua prática docente, no intuito de relacionar os conteúdos previstos ao cotidiano dos(as) alunos(as).

O lugar pode ser apreendido em relação ao município, cidade e bairro (ROSA, 2012). O recorte espacial a ser trabalhado decorrerá dos objetivos propostos para a aula em consonância com a temática ministrada e com os conhecimentos geográficos já adquiridos pelos(as) estudantes. Em nossa pesquisa analisamos o município do Crato como categoria de lugar, investigando a geo-historicidade rural e urbana. Temos no lugar a possibilidade de vislumbrar a materialidade da história, dada por relações sociais específicas, mas que sempre têm uma conexão com a totalidade, esta, nas palavras de Santos (2006), é inapreensível, o que não impede de abarcar os processos dialéticos entre o local e o global do lugar.

Para tanto, é imprescindível o trabalho com a educação patrimonial, incentivando o conhecimento e reconhecimento das construções sociais e das identidades individuais e coletivas, bem como fortalecendo a memória social. No trato do patrimônio arquitetônico, buscamos identificar as africanidades e as afrodescendências locais. Concebemos uma afroarquitetura forjada a partir das espacialidades negras, fruto de técnicas de construção africanas e da mão de obra dos povos africanos e seus descendentes, enaltecendo também os aspectos simbólicos presentes nos espaços.

A negação e/ou invisibilidade da população africana e afrodescendente é perceptível quando averiguamos a historiografia oficial do Brasil, a qual propaga a ideia da população escravizada como um fator de produção, o que “[...] dificultou o reconhecimento amplo dos acervos produzidos de arte, adornos

e equipamentos produzidos por africanos e afrodescendentes na história brasileira” (CUNHA JUNIOR, 2015, p. 106). No caso da região do Cariri, em especial no Crato, persiste uma história, que, de um modo geral, oficializa a população euro-descendente como responsável por pensar e construir socioespacialmente o município.

Nesse sentido, problematizamos a não existência de intelectuais negras(os), de heroínas e heróis negras e negros na historiografia oficial brasileira, bem como a não criticidade em relação ao que é posto como verdade. Concordamos com Ratts (2011, p. 37) sobre a necessidade de enxergar a face negra brasileira, como mecanismo de conhecimento das nossas raízes étnico-raciais. O autor enfatiza sobre a ausência de representações negras nos espaços públicos cearenses, cuja exceção é o Dragão do Mar, este, entretanto, é um “ilustre desconhecido”.

Assim, é necessário rememorar a geo-história dos lugares, tendo em vista o alcance das africanidades e da afrodescendência. A proposta da educação patrimonial com a arquitetura antiga é relevante por permitir a compreensão do passado, das espacialidades negras materializadas no presente. De acordo com Santos (2006), a geografia estuda o passado através dos objetos geográficos, porém o faz no presente, na lógica atual em que se encontram o que possibilita uma investigação crítica das relações sociais anteriores e vigentes, no qual se interliga à questão política, econômica e cultural para, enfim, compor a análise geográfica de um lugar.

O patrimônio cultural edificado, como forma-essência, nos convida a vivenciar nossa história como munícipes, fomentando sentimentos identitários com o lugar. Dar voz a uma memória silenciada significa visibilizar o não dito, o não explorado, o não expressado. O conhecimento das nossas raízes negras nos incute a necessidade de salvaguardar nossa memória individual, ao mesmo tempo que com nossos pares expressamos nossa identidade cultural, sobretudo, a partir dos lugares da memória.

Cunha (2017) alerta que preservar patrimônios implica em considerar diversidades, pois, qualquer que seja o patrimônio, ele começa e termina nas pessoas. “Histórias, memórias e patrimônios referem-se, sempre, a pessoas, e por elas foram criados, formatados, definidos, redefinidos, esquecidos e lembrados, a partir de suas necessidades, crenças e valores” (CUNHA, 2017, p. 79). O autor reforça que a preservação é sempre uma ação subjetiva, seja da parte das pessoas ou do Estado, que estabelece critérios de escolha e de tomadas de decisão.

No intento de despertar o senso crítico dos(as) educandos(as) para a prática da cidadania é preciso o alcance da consciência espacial dada a partir do espaço vivido, este é formado por realizações que nem sempre estão postas e/ou são interpretadas em sua total relevância, como no caso da influência africana e a afrodescendente para a constituição do espaço geográfico.

A Região do Cariri: discussão sobre espacialidade negra e afroarquitetura

O território, hoje brasileiro, foi invadido pelos portugueses no século XV quando estes passam a efetivar suas políticas de colonização. A ação colonizadora teve como atividade econômica preponderante a monocultura açucareira, através de latifúndios litorâneos, tendo como materialidade os engenhos, a casa grande, a olaria, a casa de farinha, a capela de oração e o local onde os escravizados eram submetidos ao trabalho produtivo. Inicialmente, o trabalho com os canaviais foi realizado por povos indígenas, e, a partir do século XVI, utilizou-se a população africana, então escravizada, como base da economia local (FARIAS FILHO, 2007).

Embora a historiografia tradicional enfatize os portugueses como colonizadores do Brasil, concordamos com Querino (2018, p. 30) ao afirmar que colonizar significa disseminar conhecimentos e técnicas, portanto, espacializar uma cultura carregada de objetividades e subjetividades sociais, favorecendo a construção e transformação dos lugares. Nesse sentido, o referido autor compreende os escravizados africanos e seus descendentes como reais colonizadores, pois, tendo em vista o escravismo criminoso, atuaram através da sua mão de obra especializada para constituição da sociedade brasileira. Tais povos tinham domínio sobre diversas técnicas, como a mineração, agricultura e pecuária. Foi com o produto do trabalho do colono negro “que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc.”.

Diante desse contexto, compreendemos que o escravismo criminoso se deu considerando o conhecimento que os africanos dominavam, os quais eram imprescindíveis para a constituição do espaço geográfico brasileiro e sobre o qual a sociedade se assenta e dinamiza. Assim, nas palavras de Cunha Junior (2013), é errônea a ideia do escravizado como fator de produção, cujo trabalho é realizado de forma descontextualizada de um pensamento racional, estando limitado à força braçal. Contrário a isso, o trabalho exige uma reflexão que o significa socialmente. Por meio da sua espacialidade fomenta materialidades e imaterialidades representativas das africanidades e da afrodescendência em determinado tempo-espaço.

É importante frisar que, no que tange às construções arquitetônicas, muitas técnicas ditas como portuguesas, a exemplo de técnicas de cantaria, dos mocambos (telhado em duas águas) são de fato de origem africanas (CUNHA JUNIOR, 2010; WEIMER, 2008). Por isso mesmo, Weimer (2008) nos fala sobre inter-relações arquitetônicas entre África e Brasil, sinalizando que a formação rural e urbana brasileira teve a influência imprescindível de africanos e seus descendentes.

Tal questão nos instiga a realizar novos estudos geográficos e históricos sobre os lugares, buscando a essência dos objetos patrimoniais, investigando o grupo étnico-racial que o constituiu e sobre qual ótica social, o que torna a educação patrimonial instrumento de conhecimento e crítica da realidade, bem como uma ação política de valorização da diversidade cultural através da leitura do espaço geográfico,

considerando as facetas de cada recorte espacial. Dizemos isso em razão do que ressalta Santos (2014), para quem cada lugar possui uma especificidade de materialização dos fenômenos sociais, culturais e econômicos.

Destarte, o modelo eurocêntrico de explicação da realidade brasileira, como fruto da relação “casa grande e senzala”, sobre o viés da monocultura açucareira e sua relação com o número de escravizados, não se aplica a todos os locais, em específico ao Ceará, que teve como atividade econômica preponderante a pecuária. Persiste uma ideia errônea de que no Ceará não havia um número considerado de escravizados em razão de a pecuária exigir pouca mão-de-obra. Entretanto, existe uma complexidade na cultura do gado que necessita de especialidades do trabalho desenvolvidas por africanos e seus descendentes. Somente no Cariri a pecuária é suplantada pela economia canavieira, tendo como principais produtos de comercialização a rapadura e a aguardente (CUNHA JUNIOR, 2011). Enfatizamos que dados referentes ao número de escravizados não são determinantes para entender a presença africana e da sua descendência sobre os espaços, pois as marcas culturais são percebidas na materialidade geográfica e nos valores sociais locais.

Farias Filho (2007) traz como base econômica do processo de colonização brasileira a produção açucareira e, de maneira secundária, a pecuária e a agricultura de subsistência. Segundo o autor, a pecuária foi determinante para a conquista do sertão nordestino, tendo seu crescimento do século XVII ao século XVIII. Tal atividade teve como característica a incorporação de pouca mão de obra, além de ser subsidiária à zona canavieira, onde os animais serviam como meio de transporte e fonte de alimento.

Diante dessa questão, é necessário citar Cunha Junior (2011), para quem é deturpada a ideia de que a pecuária não necessitava de um grande número de escravizados, o que se explica pela falta de conhecimento que há sobre a cadeia produtiva bovina e sua relação com a África, de onde foram transportados bois, artefatos de couro e o curtume.

A expansão da pecuária no interior nordestino é dada sob a incumbência da Capitania da Bahia, onde as terras conquistadas eram conhecidas como “sertão de dentro” e pela Capitania de Pernambuco, cujas terras compreendiam o “sertão de fora”. Tal ação tinha como marca a instalação de currais seguindo o critério de disponibilidade de água (FARIAS FILHO, 2007). É através da região do Cariri e do sertão dos Inhamuns que o interior do Ceará passa a ser invadido pelos portugueses. Embora as primeiras Sesmarias, datadas do início do século XVIII, sejam pertencentes à Casa Torre, da Bahia³, o Cariri foi um território de atuação da Capitania de Pernambuco, o que explica o estreitamento das relações sociais e econômicas com Recife.

³ A Casa da Torre, da família baiana Dias d'Ávila, foi responsável pela conquista de um vasto território associado a um grande poder econômico (PESSOA, 2007).

No Cariri, diferente de outras áreas do sertão nordestino, a pecuária chegou a ser suplantada pela agricultura, tendo em vista as condições geoambientais que a região possuía, propiciando terreno fértil para as atividades agrícolas. Entretanto, no que tange à arquitetura colonial, o Cariri cearense não difere de outras áreas do sertão nordestino, vigorando construções arquitetônicas típicas da civilização do couro, proveniente do saber coletivo e da utilização de materiais disponíveis na natureza (FARIAS FILHO, 2007).

De acordo com Reis Filho (1997, p. 26 apud FARIAS FILHO, 2007, p. 56), a “[...] A produção e o uso da arquitetura e dos núcleos urbanos coloniais baseavam-se no trabalho escravo [...]”. Nesse sentido, Barroso (1962, p. 75 apud FARIAS FILHO, 2007, p. 63) salienta que “[...] Os artistas anônimos obtêm com as linhas, na combinação ingênua das curvas e dos ornatos retilíneos, os efeitos decorativos”.

Cunha Junior (2010, p. 28) nos conta que muitos trabalhos arquitetônicos realizados por africanos e afrodescendentes não tiveram sua autoria divulgada. Entretanto, mesmo não conhecendo o nome de todos “os artistas, artesões e construtores do patrimônio arquitetônico brasileiro”, é possível vislumbrar o “[...] seu pertencimento étnico devido aos pequenos símbolos ou rostos negros deixados nas obras”.

No Cariri em construções mais simples era utilizado nas paredes o “pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão”. Nas edificações mais elaboradas vigorava o emprego de “pedra e barro”, “tijolos” ou “pedra e cal”. Como cobertura tinha-se o “telhado de duas águas”, pelo qual as águas da chuva eram despejadas para a rua e para o quintal (FARIAS FILHO, 2007, p. 56).

O adobe, a taipa de pilão e a taipa de mão (também chamada pau-a-pique) são técnicas de construção africanas, desenvolvidas a partir da terra crua e difundidas no Brasil com o escravismo criminoso. Assim como os trabalhos em cantaria, que são “pedras cortadas, aparelhadas e lavradas”, em geral, conhecidas como portuguesas, mas que são técnicas existentes na África Central, do Norte e Oriental (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 29). De acordo com Weimer (2008), as edificações em duas águas, também chamadas de cubatas de mocambo, são de origem africana, oriundas de Madagascar e da costa Setentrional de Angola.

Embora a arquitetura da civilização do couro seja enquadrada como uma arquitetura rudimentar (FARIAS FILHO, 2007), enfatizamos que esta corresponde a um conhecimento técnico sobre os materiais disponíveis na natureza, pois existe uma especificidade sobre o tipo de material a ser utilizado. Segundo Weimer (2008), as formas africanas de construção são fruto de um saber ancestral, de pertencimento ao meio natural.

A mão de obra africana e afrodescendente foi utilizada no período colonial e imperial brasileiro, e, por sua especialidade, permitiu a formação e transformação do espaço geográfico (CUNHA JUNIOR, 2011). De acordo com Weimer, o espaço rural e urbano brasileiro, em razão da arquitetura, deve ser analisado tendo em vista o protagonismo africano e de seus descendentes como forma de reconhecimento social. Nesse contexto, é preciso apreender as técnicas de construção desses povos, onde encontramos além

das taipas leves e as cubatas de mocambo, os alpendres, as enxovias, as construções em meia parede, as arquiteturas dos engenhos e etc. (WEIMER, 2008). Vislumbramos tais conhecimentos arquitetônicos no Cariri, em especial no município do Crato (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 2010; FARIAS FILHO, 2007), que constituem parte do patrimônio arquitetônico local, sendo possível instrumento de conhecimento/reconhecimento étnico-racial.

No contexto da invasão portuguesa sobre o território caririense, a igreja católica teve grande preponderância com o processo de catequização dos indígenas, por meio dos aldeamentos. Nesse sentido, em 1740, os padres capuchinhos instituem a Missão do Miranda, aldeando os povos indígenas, no mesmo local onde hoje se encontra a Praça da Sé. O primeiro templo erigido no local, dedicado à Nossa Senhora da Penha, bem como as primeiras moradias da missão, provavelmente, tinham como técnicas de construção a taipa e o adobe para as paredes, além de coberturas de palha e estruturas de madeira (FARIAS FILHO, 2007).

A presença da taipa e do adobe no local mostra a disseminação dos conhecimentos africanos sobre o espaço, tendo em vista a invasão do Cariri pelos portugueses, e o escravismo criminoso como base do sistema colonizador. Desse modo, é relevante citar Oliveira (1979) ao afirmar que a entrada organizada dos escravizados no interior cearense se dá com a constituição das Minas de São José dos Cariris, no atual município de Missão Velha, no ano de 1756, sendo extinta em 1758. Para Irff (2016), o estabelecimento das Minas de São José propiciou uma intensificação da mão de obra escravizada no Cariri, ao passo que a dissolução desta, na perspectiva de Cortez, Cortez S. e Irffi (2011), possibilitou a introdução dos escravizados nas atividades rurais e urbanas.

Do ponto de vista administrativo, o Crato é considerado “Cidade mãe” do Cariri, haja vista que os municípios de Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim, Caririaçu e mesmo Missão Velha foram dela desmembrados (PASQUALE, 1955, p. 41). Segundo Irff (2016, p. 10), até 1814, o Crato “[...] englobava as vilas de Jardim e Missão Velha e as povoações de Barbalha e Milagres”. Tais territórios deixam de pertencer ao Crato em meados do século XIX, porém, o espaço regional continua com a mesma configuração.

Destarte, compreendemos que a dinâmica espacial do Cariri deve ser considerada em razão do arcabouço geo-histórico cratense, onde se encontram os grupos étnico-raciais, como africanos e afrodescendentes, e a espacialização de sua cultura, tendo em vista que, de acordo com Irff (2016), o desenvolvimento regional caririense não se faz alheio à participação de africanos e de seus descendentes.

A Missão do Miranda é instituída como Vila Real do Crato em 1764. A dissolução do aldeamento levou à expulsão e desapropriação dos indígenas de suas terras, os quais, acusados de indisciplina, foram levados ao litoral. A essa época o espaço urbano era subordinado ao meio rural, sendo marcante a presença dos senhores de engenhos, que utilizavam a mão de obra escravizada para a espacialização da agropecuária,

tendo como representatividade a casa de sítio, o engenho de cana-de-açúcar e o curral (FARIAS FILHO, 2007).

As casas de sítios, em geral, eram construídas em “meia parede” e com “telhado em duas águas” e bastante altas, no intuito de melhorar a sensibilidade térmica. O engenho, também com cobertura em “duas águas”, possui um compartimento para armazenar e moer a cana e outro para cozer a garapa. “Existe também um alpendre que protege a boca da fornalha”. Os currais, geralmente, eram edificadas a frente ou na lateral das casas (FARIAS FILHO, 2007, p.69). Sobre esses é preciso considerar o processo de produção do gado, cujo símbolo de conhecimento é o vaqueiro (CUNHA JUNIOR, 2011), considerado um escravizado de ganho (CORTEZ, I.; CORTEZ, S.; IRFFI, 2011). As casas de sítios são remanescentes da “arquitetura da civilização do couro”. No Crato, temos como exemplos de construções ainda preservadas o Casarão da Família Esmeraldo, no sítio Bebida Nova (FARIAS FILHO, 2007), onde vislumbramos, dentre outros exemplos, a cobertura em duas águas (Ver Figura 1).

Figura 1 — Casa de Sítio



Fonte: Autores (2020)

Na primeira metade do século XIX vigoravam, no espaço urbano da vila, as questões administrativas, políticas e religiosas. É datada dessa época a antiga Casa do Júri, local onde foi julgado e condenado à morte o líder monarquista Joaquim Pinto Madeira (FARIAS FILHO, 2007). O referido prédio hoje abriga o Museu de Fósseis do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (Ver Figura 2). Embora passando por transformações em sua arquitetura original, continua sendo símbolo do patrimônio cultural local, enquanto afroarquitetura, como visível no telhado em duas águas.

Figura 2 — Museu de Fósseis



Fonte: Autores (2020)

A Vila Real do Crato torna-se cidade do Crato em 1853, tendo como características urbanas as casas de “telhas e tijolos de adobe, de taipa, ou de palhas de babaçu” (PINHEIRO, 2010, p. 11). As transformações urbanas, a partir da segunda metade do século XIX, se dão sob a incumbência dos senhores de engenhos, os quais, dotados de melhor poder aquisitivo, investem na cidade através de construções residenciais (OLIVEIRA, 2008).

A antiga Casa Câmara e Cadeia, hoje Museu Histórico (Ver Figura 3), é importante edificação cidadina construída em 1877 (GURGEL, 2012). Pinheiro (2010, p. 107) caracteriza a construção como precária: “[...] Em baixo as enxovias, cavadas no chão, a umidade a escorrer das paredes, os presos a alcançarem mal com as cabeças as estreitas janelas gradeadas de ferro e rasgadas para a praça da Matriz”.

Figura 3 — Museu Histórico



Fonte: Autores (2020)

Compreendemos que no Cariri, em especial, no Crato, a agricultura, sobretudo, da cana de açúcar, e a pecuária, ambas de matriz africana, foram atividades preponderantes para o desenvolvimento regional (CUNHA JUNIOR, 2010). Segundo Farias Filho (2007), no Crato o crescimento de tais atividades, juntamente com a produção algodoeira, permitiam o desenvolvimento ou estagnação da cidade. Sobre os bairros negros do Crato, conceituados como periféricos por Pasquale (1955, p. 43), observam-se construções de “[...] pau-a-pique, baixas, de plantas quadrangulares, [...] de tal forma construídas que parecem se sustentar umas às outras.”

De acordo com Figueiredo Filho e Pinheiro (2010, p. 86), quando as pessoas do campo se instalavam na cidade exerciam variados trabalhos, como de “carreteiro, ajudante de *chauffeur*, pedreiro, marceneiro, barbeiro, mecânico ou alfaiate”. As mulheres atuavam na venda de frutas, verduras e doces de tabuleiros, além de fazer “redes em teares⁴, na rua dos Cariris ou na Matança Velha”. De acordo com Farias Filho (p. 132), a “Matança Velha” era o nome dado ao atual bairro Seminário em razão de funcionar no local “uma feira de gado onde, eram comercializados e abatidos os animais”.

Está localizado no bairro Seminário um dos artefatos arquitetônicos de valor simbólico do Crato, a saber, o Seminário São José (Ver Figura 4). De acordo com Figueiredo Filho (1968 apud FARIAS FILHO, 2007, p. 116), o referido prédio foi construído “entre 1874 a 1875 por ordem de Dom Luís, 1º Bispo do Ceará, e funcionou em 1877”.

O Seminário São José se destacava do ponto de vista arquitetônico para o Crato, possuindo, dentre outras características, a capela de São José ao centro, que dividia o edifício em “duas partes simétricas”, tendo nas suas extremidades blocos assobradados, que hoje já não existem mais: “[...] O conjunto arquitetônico do seminário tem a forma quadrática com pátio interno ladeado de varandas, salas, dormitórios, refeitórios, etc. Ainda hoje está preservado [...]” (FARIAS FILHO, 2007, p. 117). Acreditamos que, além de ter sido construído pela população negra, as técnicas africanas da taipa de pilão e do adobe são constituintes desse edifício.

⁴ A tecelagem introduzida no Brasil é de origem africana, tendo várias utilidades como a fabricação “de panos para roupas” e a confecção de “redes de dormir” (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 26).

Figura 4 — Seminário São José



Fonte: Autores (2019)

É importante frisar que a população afrodescendente do Cariri cresceu de modo significativo, tendo em vista o contingente populacional vindo de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, atraídos por melhores condições de vida, sobretudo em razão da seca, e pela fé no padre Cícero Romão Batista. Tal fato propiciou a diversidade cultural regional, a exemplo das congadas e reisados (NUNES; CUNHA JUNIOR, 2011).

No caso da memória arquitetônica, percebemos um desconhecimento das técnicas africanas e/ou sua não valorização, deixando de apreender que a essência das formas arquitetônicas, seja no espaço urbano ou rural seja no meio elitista ou de um bairro negro, não pode ser alcançada sem compreender a atuação dos povos africanos e afrodescendentes em relação a cada lugar.

Diante do exposto, é relevante que os estudos acerca da geohistoricidade dos lugares favoreçam a compreensão de como os grupos étnico-raciais atuaram sobre o espaço, vislumbrando suas materialidades e imaterialidades sociais. No tocante às espacialidades negras, o ensino de geografia constitui importante instrumento de apreensão do patrimônio cultural local, sobretudo da afroarquitetura, tendo em vista uma educação patrimonial que corrobore para a efetivação de uma educação afrodescendente.

A educação patrimonial como efetivação da lei nº10.639/03

O educar é um ato político em que se vislumbram as práticas culturais daquela(e) que educa e também de quem é educada(o). Sendo assim, cada sociedade terá práxis educacionais específicas. Brandão (1981) compreende a educação em sua totalidade, abrangendo a vida em suas variadas dimensões sociais. Na família, na comunidade, na igreja ou na escola, estamos a todo tempo aprendendo e ensinando. A escola, campo formal de ensino, é assim concebida como um dos caminhos da educação, possuindo especificidades sociais, históricas, culturais e políticas, cuja apreensão permite o conhecimento de seus objetivos e a necessidade de sua transformação.

Nesse contexto, importa citar Nunes (2011, p. 38) para quem “[...] a instituição escolar não é o único espaço para a construção de um conhecimento positivo da cultura negra [...]”, porém é ambiente “[...] privilegiado para a superação dos limites de uma educação eurocêntrica que anula, inferioriza, desqualifica e nega a existência dos africanos e seus descendentes”. Para tanto, são necessárias práticas pedagógicas voltadas para o conhecimento e valorização da diversidade cultural sem desconsiderar as particularidades étnico-raciais.

A escola não pode ser analisada de forma descontextualizada do aparato social, do qual é reflexo e condicionante. Nesse sentido, ao refletirmos sobre uma sociedade estruturalmente racista, que nega ou marginaliza as produções culturais negras, aspiramos por um processo de ensino-aprendizagem que supere a simples adequação das pessoas à sociedade, mas, que atue na sua transformação, possibilitando a equidade social.

Tal conquista passa pela relação entre os conteúdos trabalhados e a cotidianidade das(os) estudantes, o que permite a significação dos temas estudados. Como diz Freire (1996), é preciso vislumbrar as(os) educandas(os) como seres atuantes no processo de aprendizagem, identificando suas identidades e as valorizando como práticas cotidianas relevantes para a apreensão de conhecimentos mais complexos.

A(o) educanda(o) deve ser percebida(o) como ser histórico e social, intervindo criticamente na realidade, pois esta, quando problematizada, possibilita um saber sistemático da economia, da política, da cultura e da geohistoricidade, questão imprescindível para compreendermos como se deu a escrita de cada lugar e evidenciarmos, especialmente, o protagonismo social negro. Nessa empreitada podemos lançar mão da educação patrimonial enquanto instrumento de sistematicidade da Lei 10.639/03.

A emergência da Lei Nº 10.639/03 decorreu da luta dos movimentos negros, vislumbrando a educação como campo propício para ascensão social dos afrodescendentes (NUNES; SOUZA, 2014), haja vista o histórico de desigualdade entre população negra e branca. Entretanto, a materialização dessa política não é tarefa fácil, vez que os saberes escolares são sistematizados pela elite política, a qual, em geral, não valoriza a população negra e sua história.

No que tange à geografia, a efetivação do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira deve partir da compreensão da etnicidade negra no espaço, investigando e desvelando as contribuições da população africana e afrodescendente para a formação social brasileira e em específico para os espaços vividos de nossas(os) alunas(os). Assim, a escola deve ser conhecedora das questões étnico-raciais e sua representação no espaço geográfico, a exemplo do patrimônio cultural afroarquitetônico.

Acreditamos no conhecimento da afroarquitetura como mecanismo propulsor de superação do racismo na escola, uma vez que as(os) estudantes possam se conhecer e/ou reconhecer-se através de sua ancestralidade materializada. A educação patrimonial aparece nesse intento como campo sistemático de

apreensão das especificidades culturais dos lugares por meio da geohistoricidade representada nos objetos geográficos preexistentes e vigentes.

Para Magalhães (2006, p. 10), “[...] A Arquitetura reflete o momento histórico; as técnicas utilizadas, os materiais, as construções proporcionam informações sobre a vida daquele tempo e lugar”. E através da educação patrimonial o patrimônio edificado pode ser compreendido enquanto representação social, despertando o interesse das(os) estudantes para o conhecimento histórico local.

De acordo com Scifoni (2015), a educação patrimonial no Brasil é vista como um processo — que ainda necessita de arcabouço teórico e prático para cumprir seu papel —, que é o de identificação do patrimônio, seja este material ou imaterial, mantendo relações dialógicas com a comunidade do lugar onde se vai trabalhar. É preciso, assim, superar a ideia de educação patrimonial como mera ação informativa, e sim como processo educativo de construção de conhecimento, que deve partir de políticas públicas de base, nas quais a comunidade está inserida.

A educação patrimonial é um instrumento de realização da “leitura do mundo”, levando “à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal” dos lugares. Através de um “método ativo e permanente” a educação patrimonial ensina “[...] as pessoas, crianças ou adultos, a aprender a conhecer o seu patrimônio e compartilhar esses conhecimentos” (MAGALHÃES, 2006, p. 27).

A partir da educação patrimonial é possível superar o formalismo didático, conceito este discutido por Kimura (2010), Cavalcanti (1998) e Freire (1996), no qual os aspectos conteudistas, a passividade do(a) estudante no processo de conhecimento e a utilização do livro didático, de forma dogmática e desconexa das práticas cotidianas, são características. Assim, para Callai (2009), a educação formal deve envolver o cotidiano da escola através do estudo do lugar como forma emancipatória de entendimento do real, sendo este um processo dialético entre o local e o global.

Concebemos o patrimônio arquitetônico como uma “rugosidade” do passado, sendo constituído de “[...] restos de divisões do trabalho já passadas [...] restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho [...]” (SANTOS, 2006, p. 92). Assim, a memória edificada reflete as relações sociais de determinada época e lugar, sempre relacionadas ao ambiente a qual pertencem, onde se observam monumentos imponentes e obras modestas, ambos sendo plausíveis de preservação (MAGALHÃES, 2006).

A geografia é uma ciência essencialmente crítica. Entretanto, segundo Girão e Lima (2013, p. 95-6), para alcançar verdadeiramente a criticidade é preciso que a geografia escolar tenha como foco não apenas a transmissão dos conteúdos, mas as formas de construção do conhecimento. É relevante que a escola valorize as práticas cotidianas dos(as) estudantes, associando os saberes geográficos ao espaço vivido, despertando, assim, a consciência espacial.

A relação entre ensino de geografia e a educação patrimonial é relevante para o estudo das africanidades e afrodescendências locais, portanto, colabora para sistematicidade da Lei nº 10.639/03. Uma metodologia importante para a identificação e interpretação do patrimônio, sobretudo da afroarquitetura, são os percursos urbanos. De acordo com Silva e Cunha Junior (2019, p. 200), os percursos urbanos permitem “[...] o caminhar pela cidade, vislumbrando a forma-essência dos objetos geográficos, em específico, o patrimônio arquitetônico como ancestralidade materializada, enquanto matriz cultural africana”.

Ao realizarmos os percursos urbanos, seja no campo ou na cidade, instigando nossa(o) aluna(o) a entender a influência africana e afrodescendente na materialidade histórica, estamos corroborando para a criticidade de uma historiografia euro-centrada que invisibiliza as produções culturais negras. Para tanto, é preciso que a(o) professora(or) acesse teorias afroreferenciadas, que auxiliem na apreensão crítica da geohistoricidade dos lugares, visibilizando o protagonismo africano e afrodescendente.

A geografia tem o papel de alfabetizar o(a) educando(a) no sentido de apreensão do espaço, “buscando decodificar as imagens presentes no cotidiano, impressas e expressas na paisagem e em suas representações”. A escola deve promover competências acerca da compreensão e intervenção, “nos fenômenos sociais e culturais, e assim contribuir para a transformação de sua realidade social” (GIRÃO; LIMA, 2013, p. 95-96). Destarte, podemos apreender a educação patrimonial como caminho para se chegar a uma pedagogia pautada na autonomia. Uma abordagem dos processos educacionais fundamentados na autonomia é feita por Freire (1996), para quem a escola deve saber respeitar os saberes constituídos na comunidade, relacionando-os com os conteúdos vistos em sala de aula; a realidade concreta torna-se, assim, caminho para se construir o conhecimento.

Considerações finais

A escola atual está marcada profundamente pela atuação dos movimentos sociais que reivindicam uma educação inclusiva e intercultural pautada no respeito e no diálogo com a diversidade. A discussão que está posta se apresenta como um imperativo a todas as áreas do conhecimento para que reflitam as suas práticas pedagógicas a partir de paradigmas contra-hegemônicos que privilegiam as diferenças culturais e da contribuição dos diferentes povos na construção da sociedade brasileira. É nesse contexto que a presente discussão está situada ao trazer reflexões para o ensino de geografia articuladas às discussões proporcionadas em torno da implementação da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Procuramos, neste artigo, levantar possibilidades de aproximação da temática afro-brasileira ao campo da geografia escolar com enfoque na educação patrimonial. Tomamos como elemento de análise os trabalhos que vêm sendo realizados no Cariri cearense os quais manifestam uma significativa presença negra e dos conhecimentos que foram transplantados do continente africano e deram base ao desenvolvimento econômico dessa região. As proposições apresentadas ao longo do texto demonstram que a população negra esteve presente na pecuária, na produção de algodão, no trabalho dos engenhos na fabricação de rapadura e aguardente, nas construções arquitetônicas, dentre outros espaços. A forte presença das irmandades negras em devoção a Nossa Senhora do Rosário, os reisados, as congadas também nos remetem às diversas formas de organização social do passado, mas que permanecem fortemente presentes na cultura da região na contemporaneidade. O Cariri cearense também é território quilombola e lugar de significativa presença das religiões de matriz africana, onde são preservados e ressignificados em relação à história de resistência do povo negro e com os valores ancestrais.

Destarte, compreendemos que o povo negro foi protagonista social em termos de constituição e transformação do espaço geográfico regional, onde vislumbramos relevante acervo patrimonial arquitetônico decorrente de técnicas africanas e da própria mão de obra de africanos e de afrodescendentes. No Crato, encontramos exemplares dessa arquitetura no meio urbano e rural, a exemplo da taipa de pilão e da taipa de mão, do adobe, das enxovias e das construções em meia parede, o que o torna relevante espaço para os estudos patrimoniais condicionados a um ensino de geografia realmente comprometido com o alcance da consciência espacial.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CALLAI, Helena Copettti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOANNI, Antonio. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 83-134.
- CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1998.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.
- CORTEZ, Ana Isabel R. P.; CORTEZ, Ana Sara R. P.; IRFFI, Guilherme. Atividades Econômicas e trabalho escravo no sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DO CEARÁ, 7. Fortaleza, 2011. **Anais** [...]. Ipece: Fortaleza, 2011. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2013/05/ATIVIDADES_ECONOMICAS_TRABALHO_ESCRAVO_SECULO_XIX_IPECE_2011.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Afrodescendência e Africanidades: Um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. **Interfaces de Saberes (FAFICA. Online)**, v. 1, p. 14-24, 2013.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 166, p. 104-111, mar. 2015.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Cultura afrocearense. In: CUNHA JUNIOR *et al.* (Orgs.) **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 102-132.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Lugar fora das ideias urbanísticas: população negra, bairros negros e a produção conceitual das cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, 3. Brasília, 2016. **Anais** [...]. Texto de apresentação do III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Unb: Brasília, 2016. Disponível em: https://720b6a44-a498-4f55-8429ea9de112b971.filesusr.com/ugd/0d36fe_1015277227f04b1d945500380d1bb405.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, setembro 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/4e6f109d/d1c0/4350/953c/c36cbac0f9fc.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes. **Crato**: Evolução Urbana e Arquitetura 1740- 1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, José de.; PINHEIRO, Irineu. **Cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIRÃO, Osvaldo; LIMA, Surama Ramos. O ensino de Geografia versus leitura de imagens: resgate e valorização da disciplina pela “alfabetização do olhar”. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2 p. 88-106, maio/ago. 2013.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GURGEL, Ana Paula C. **Entre serras e sertões**: a(s) (trans)formação(ões) de centralidade(s) na Região Metropolitana do Cariri/CE. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2012.

IRFF, Ana Sara R.P.C. Cabras, caboclos, negros e mulatos: escravidão e núcleos familiares no Cariri cearense (1850-1884). **Afro-Ásia**, 53, p.9-44, 2016.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MAGALHÃES, Solange Maria Fustinoni. **Educação Patrimonial através da compreensão da Arquitetura de museus na cidade de São Paulo**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo- São Paulo, 2006.

MENDES, Raquel Almeida; SOUSA, Elaine da Silva; PEREIRA, Aires José. A importância da categoria lugar no ensino de geografia: um estudo de caso na Escola Estadual Modelo em Araguaína-TO. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 06, n. 11, p. 153-169, set./dez. 2017.

MOREIRA, Ruy. O que é geografia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

NUNES, Cicera. A cultura de base africana e sua relação com a educação escolar. **Revista Metáfora Educacional**, n. 10, jun. 2011.

NUNES, Cicera; CUNHA JUNIOR, Henrique. Os Congos de Milagres: a escola e o ensino da cultura de base africana no Cariri cearense. In: CUNHA JUNIOR *et al.* (Orgs.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 41-45.

NUNES, Cícera; SOUZA, Otília Aparecida Silva. Desafios e possibilidades para o ensino das africanidades na escola de educação básica. In: NUNES, Cícera *et al.* (Org.). **Dialogando com os saberes da docência**: pesquisas, teorias e práticas. Universidade Regional do Cariri. Recife, Linceu, 2014. p. 33-45.

OLIVEIRA, António José de. Casa de engenho, sobrados e mobílias: a formação do poder da aristocracia rural e urbana de Crato -1790-1890. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2. Caicó/RN, 2008. **Anais [...]**. UFRN: Caicó/RN, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/16068/10846>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, Pedro Alberto de. As origens da escravidão do Ceará. **Rev. Inst. do Ceará**, Fortaleza, 99, p. 325-338, jan./dez. 1979.

PASQUALE, Petrone. Crato, “capital” da Região do Cariri. **Boletim paulista de Geografia**, n. 20, p. 32-55, jul. 1955.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Família, Propriedade, Tradição e Poder no Nordeste Colonial: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24. **Anais [...]**. Unisinos: São Leopoldo/RS, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Angelo%20E%20S%20Pessoa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização Brasileira**. 2. ed. Cadernos do mundo inteiro: Jundiaí/ SP, 2018. Disponível em: <https://cadernosdomundointeiro.com.br/pdf/O-colono-preto-como-fator-da-civilizacao-brasileira-2a-edicao-Cadernos-do-Mundo-Inteiro.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RATTS, Alex. O negro no Ceará (ou o Ceará negro). In: CUNHA JUNIOR *et al.* (Orgs.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p.19-40.

ROSA, Odelfa. Geografia escolar: estudo do bairro, cidade e município. **Espaço em Revista**, v. 14, n. 2, p. 96- 94, jul./dez 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: USP, 2014.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: SECULTFOR, IPHAN, 2015. p. 195-206.

SILVA, Meryelle Macedo da.; CUNHA JUNIOR, Henrique. Percursos urbanos como forma de pesquisar o patrimônio afrocratense. **GeoTextos**, v. 15, n. 2, p. 199-215, dez. 2019.

SILVA, Meryelle Macedo da.; LIMA, Alcilândia Furtado de.; CUNHA, Maria Soares da. Geografia Escolar: um olhar a partir de pesquisas acadêmicas e da observação realizada no Ensino Fundamental II em Mauriti/ CE. In: SILVA, Antônia Carlos da. *et al.* (Orgs.). **Geografia ensino e pesquisa: produzindo saberes**. Curitiba: CRV, 2012. p. 45-61.

WEIMER, Günter. **Interrelações arquitetônicas Brasil África**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 28 maio 2008. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/membros/G%C3%BCnter%20Weimer%20%20Interrela%C3%A7oes%20Arquitetonica%20Brasil-Africa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.